
O EDUQUÊS PARA PRINCIPIANTES

Carlos Nogueira Fino

Centro de Investigação em Educação (CIE-UMa)

Universidade da Madeira

INTRODUÇÃO

Consta que a palavra *eduquês* terá sido inventada por Marçal Grilo quando era ministro de educação do XIII Governo Constitucional, cargo que ocupou de outubro de 1995 a outubro de 1999, para designar o jargão alegadamente científico e quase impenetrável, que era partilhado por um grupo de dimensão indeterminada de pessoas, mas presumivelmente grande, ao que parece ligadas às ciências da educação e afins (psicólogos, sociólogos, etc.). Não me irei debruçar sobre o significado porventura mais profundo do uso daquela expressão pelo então ministro, que bem poderia pressupor preconceito ou sobrançeria, admitindo que Marçal Grilo talvez apenas pretendesse que todos falassem português, como língua comum, quando tinha interlocutores que insistiam em falar com ele em *eduquês*. Ou seja, dou o benefício da dúvida ao inventor da palavra que se transformaria no pior epíteto alguma vez utilizado nos últimos trinta anos para estigmatizar uma classe socioprofissional, primeiro, e toda a instituição escolar, em seguida, admitindo reta intenção. Eu próprio também não tenho a mínima paciência para expressões como “comunidade educativa” e outras do mesmo género, não pretendendo significar com isso que quem as usa seja perigoso ou impostor.

Gostaria, no entanto, de deixar claro que nada me move contra a existência, que acredito útil e, talvez, até necessária, de um vocabulário técnico específico do campo da educação, à semelhança de vocabulários equivalentes usados em outros campos do saber. O importante é que o discurso não se enrede em si próprio, ao ponto de perder qualquer contacto com a realidade que pretende exprimir. E, já agora, que não se transforme em novilíngua orwelliana, que é o que aconteceu ao discurso político no nosso país, a partir do momento em que a política foi sequestrada pela economia e esta pelo sistema financeiro, com os resultados que todos sentimos no bolso e na pele.

Leitmotiv

Talvez alguém ainda se recorde do deputado e vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, e candidato derrotado a presidente da Câmara de Vila Nova

de Gaia, que ficou instantaneamente famoso por ter twitado, na sequência de o F. C. do Porto ter vencido o campeonato nacional de futebol 2012/13, a seguinte pérola: *“Magrebinos: curvem-se perante a glória do grande dragão”*. Esse mesmo político, Carlos Abreu Amorim, quando ainda era apenas candidato a futuro deputado, rematava desta maneira um artigo publicado a 6 de abril de 2008, no Correio da Manhã (e replicado no dia seguinte no blogue Blasfémias), intitulado *A utopia do educuês*:

“Hoje muitos suspeitam do sistema público e só lhe confiam os seus filhos porque não têm meios para os colocarem noutras lugares. O Estado ensina mal e não permite que as famílias possam optar (cheque-educação). Com o nível tão alto de impostos que pagamos, o Estado deveria proporcionar a escolha de um bom serviço de educação. Diogo Feio, do CDS-PP, apresentou um projecto de lei sobre autonomia escolar – é um bom princípio mas que não pode ficar por aqui”.

A abrir esse artigo, podia ler-se, o seguinte:

“A receita é sempre a mesma – os nossos impostos devem pagar as quimeras de alguns iluminados. E tanto pior para a realidade. A prédica inseria-se num mar de ‘educuês’, expressão achada por Marçal Grilo para designar a linguagem indecifrável de alguns teóricos e que se difundiu como símbolo da versão romântica da Escola Moderna – uma série desconcertante de chavões do tipo “aprendizagem ao ritmo dos alunos” ou “ensinar a criança e não a matéria” que redundaram no facilitismo reinante e na crise actual da escola pública”.

Na versão publicada no blogue, o texto tem um título ligeiramente diferente, *A utopia do educuês * (com adenda)*, apontando a tal adenda para um texto intitulado *What If Public Schools Were Abolished?*, assinado por Llewellyn H. Rockwell Jr., diretor e CEO de um tal Ludwig von Mises Institute, em Auburn, Alabama, de onde respigo o seguinte fragmento, bastante eloquente:

In short, if we could abolish public schools and compulsory schooling laws, and replace it all with market-provided education, we would have better schools at half the price, and be freer too. We would also be a more just society, with only the customers of education bearing the costs.

Refira-se que Rockwell Jr. se assume como discípulo de Murray N. Rothbard, que na sua obra *Education Free and Compulsory* (1999), afirma o seguinte:

The effect of the State's compulsory schooling laws is not only to repress the growth of specialized, partly individualized, private schools for the needs of various types of children. It also prevents the education of the child by the people who, in many respects, are best qualified—his parents. The effect is also to force into schools children who have little or no aptitude for instruction at all. It so happens that among the variety of human ability there is a large number of subnormal children, children who are not receptive to instruction, whose reasoning capacity is not too great (p. 9).

Ignoro a razão pela qual um licenciado, mestre e doutor em direito, professor auxiliar de uma universidade pública, e deputado por um partido que se autodenomina social-democrata, escolhe como inspiradores sobre questões, chamemos-lhes educacionais para abreviar a questão, pessoas que professam um ideário tão radicalmente liberal, cuja designação é *anarcocapitalismo ou libertarianismo*¹⁰. Deixo, no entanto, essa questão à consideração do PSD, que é quem se deverá preocupar com a ideologia que os seus militantes professam ou incensam. No que me diz diretamente respeito, o que gostaria era de compreender os motivos, esperando que sejam respeitáveis, que levam um professor de direito a pronunciar-se publicamente e por escrito sobre um tema, o *eduquês*, do qual talvez não saiba mais do que o comum dos mortais, admitindo que um professor de direito talvez não tenha nem o tempo, nem o método, nem domine os apetrechos teóricos que lhe permitam entender o fenómeno da educação um pouco para além do que se vem dizendo nos *mentideros* mediáticos, desde, pelo menos, o célebre movimento do Manifesto para a Educação da República, entregue ao Presidente da República, Jorge Sampaio, em 2002, cujos promotores foram José Dias Urbano e Carlos Fiolhais, professores de Física da Universidade de Coimbra, e Guilherme Valente, editor da Gradiva.

Esse Manifesto, como lamentava Carlos Fiolhais no seu blogue *De Rerum Natura*, em 2 de maio de 2010, “*encheu, quando saiu, as primeiras páginas do "Público" e do "Diário de Notícias" mas foi, infelizmente, ignorado*”. No entanto, esse silenciamento já tinha sido vaticinado por Fino & Sousa, em texto publicado ainda em 2002, nestes termos:

¹⁰ Corrente fundada precisamente por Murray N. Rothbard (1926-1995).

Seja como for, ao enveredar por onde enveredou, o Manifesto está longe de poder ser considerado um elemento útil para a discussão em redor da avaliação do sistema educativo. Quanto muito, deve ter servido para alimentar o lume brando de um derrotismo iluminado, que encontra no fraseado solene e na assunção mais ou menos ociosa de grandes desígnios que nunca se concretizam, a sua razão de ser. E para fazer coro com a opinião para consumo imediato e imediato esquecimento. É claro que a avaliação do sistema educativo, devendo abrir-se ao contributo da sociedade no seu conjunto, deve abster-se, quer da canga do preconceito, quer do alvoroço do sensacionalismo. Esses lastros pesam demais no Manifesto, que não passa, por isso mesmo, de fugaz episódio, meteoro a sulcar um céu que volta à escuridão como se nada tivesse acontecido.

De facto, faltava ao referido Manifesto, independentemente de uma inquietação provavelmente legítima, o rigor, o distanciamento e a clareza na análise sem os quais nunca poderia deixar de ser um mero panfleto, que só pela influência dos seus mentores junto dos *media* conseguiu os seus pouco mais do que quinze minutos de fama. Em todo o caso, não deixou de constituir um marco fundador de uma senda, trilhada pelos seus mentores e seguidores, em direção ao que hoje se assiste de desmantelamento da escola pública, desta vez a coberto da alegada necessidade de redução da despesa pública nas funções sociais do Estado, depois de mais de uma década de reiteradas tentativas de a descredibilizar.

Antes da publicação do referido artigo de Carlos Abreu Amorim, que é o mote deste texto, deve ser ainda referido outro momento alto da escalada anti-*eduquês*. Em 2006, a editora Gradiva, cujo responsável tinha sido um dos mentores do Manifesto para a Educação da República, deu à estampa um livro de Nuno Crato, ministro da Educação e Ciência à data em que escrevo estas linhas, intitulado *O 'Eduquês' em Discurso Directo*. Nessa obra de 136 páginas, Crato aborda o *eduquês*, baseando-se em “evidências” comprovadamente descontextualizadas, interpretações abusivas de teorias sobre a génese e o desenvolvimento da cognição, que não logra sequer mostrar ter compreendido, e sobre declarações avulsas prestadas aos *media* por professores e políticos de educação. Nada que tenha impedido a sinopse do livro de informar que Crato “*disseca com rigor e impiedade os lugares comuns em educação. Mostra o vazio dos conceitos que têm dominado a pseudo-pedagogia do laxismo e da irresponsabilidade. Explica a ideologia frouxa que está por detrás da linguagem mole e palavrosa a que se tem chamado eduquês*”. Impiedade, sem dúvida, nomeadamente com a seriedade,

cujos vestígios na obra são tão raros quanto a compreensão, por exemplo, da epistemologia genética, de Piaget, que é um dos bombos da festa.

A propósito deste livro, escreveu Desidério Murcho, no suplemento Mil Folhas do jornal Público, a 8 de abril de 2006:

“Este livro é urgente, é importante, é fundamental. Enquanto Nuno Crato e outros professores e intelectuais deste calibre não tomarem as rédeas da educação no nosso país, continuaremos um país rasca - bom para poucos, mas à custa de muitos.”

Talvez seja relevante referir que Desidério Murcho é fundador, juntamente com Carlos Fiolhais (um dos mentores do Manifesto para a Educação da República), do blogue *De Rerum Natura*. E que, nesse mesmo blogue, publicou pelo menos um texto sobre o *eduquês*, intitulado *O eduquês desmascarado?*, datado de 2 de abril de 2007, de onde retirei o seguinte excerto :

“É esta crença falsa e eticamente inaceitável que explica a ideia querida do “eduquês” nacional: para combater o insucesso escolar, provocado pela massificação do ensino, é preciso baixar os padrões, porque os pobres que invadiram a escola, que era coutada dos ricos, são estúpidos.”

É claro que este excerto só pode ser inteiramente interpretado em contexto, mas também parece evidente que, quem o escreveu, não terá pensado nunca, seriamente, no que será isso de massificação escolar e quais serão os seus efeitos deletérios. É claro que a massificação funciona sempre fazendo baixar o padrão de qualidade e é sempre portadora de aumento de insucesso, mesmo apesar da diminuição das expectativas. Mas não terá sido o *eduquês*, imagino, o responsável pela massificação de que sofreram as escolas públicas portuguesas, nem pelos resultados que são inerentes a essa massificação. A não ser que devamos incluir nesse *eduquês* frouxo e irresponsável de que fala a sinopse da Gradiva, os sucessivos aumentos da escolaridade obrigatória e as recentes diminuições dos rácios alunos-professor, impostos, estes últimos, pelo ministro Crato, considerado pelos seus admiradores como o campeão dos campeões da cruzada pela tal “escola de exigência”.

Deduções

Antes de avançar, gostaria de afirmar que, depois de ter lido tantos textos e escutado tantas catilinárias em que o *eduquês* é zurzido, quase sempre com

evidente mau humor e virulenta agressividade, não tenho bem a certeza se as personagens várias que o invocam, sejam candidatos a deputado, físicos, editores, ou filósofos, estarão de acordo sobre o significado que deve ser atribuído a esse neologismo. De facto, umas vezes, parece-me que o termo *eduquês* é usado para designar uma espécie de cartilha ideológica partilhada por políticos da educação de uma determinada área política irresponsável, lírica e despesista; outras, uma maneira de designar o conjunto das ciências da educação e dos que as cultivam; e, outras ainda, o conjunto das duas categorias anteriores. Em todo o caso, e apesar de toda a ambiguidade, de uma coisa não se escapa: todos convergem na certeza de que o *eduquês*, seja lá isso o que for, é o responsável pela degradação da educação em Portugal e, se não for erradicado definitivamente, o país não terá futuro.

E quem o deverá erradicar? A resposta é óbvia: todos os cidadãos capazes de identificar o *eduquês* (independentemente da volatilidade do conceito) e conhecem os seus perigos, nomeadamente, a plêiade de pensadores que, vindos dos lugares mais insuspeitos, se agrupam nas trincheiras dos blogues e dos artigos de opinião, disparando sabiamente em todas as direções, enquanto se vão apoderando do essencial do discurso político sobre a educação.

E como o deverão erradicar? Para começar, reduzindo imediatamente as “gorduras” da escola pública (porque só pode ser ela o habitat natural do essencial do *eduquês*). Essas gorduras são várias, e vão da existência, inconcebível para uma mente que não fale *eduquês*, de áreas não disciplinares no currículo, à ideia peregrina, que só pode ser pseudocientífica e despesista, de que as turmas não devem ter poucos alunos. E passando pelos salários exorbitantes, diria milionários, dos professores, os seus luxuosos horários letivos e as suas férias várias vezes por ano. E colocando verdadeiros gestores (não docentes) à frente de cada escola, como meio de garantir uma gestão eficiente e a necessária ligação entre as escolas e o mercado de trabalho.

Depois, dando substância a esta constatação simples: se é verdade que a Constituição da República determina, no seu Art.º 74.º, que *“Na realização da política de ensino incumbe ao Estado: a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;”* e, no Art.º 75.º, n.º 1, que *“O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”*, também afirma, no número seguinte, que *“O Estado reconhece e fiscaliza o ensino particular e cooperativo, nos termos da lei.”*

O *eduquês* vigente, pasme-se, tem interpretado estas normas constitucionais em claro prejuízo do ensino privado, uma vez que tem afetado rios de dinheiro dos contribuintes à manutenção da rede pública, gratuita, o que impede as famílias de poderem escolher enviar os seus filhos às escolas privadas, que têm preços de mercado, uma vez que não existem almoços grátis. Urge, portanto, o momento de acabar com esta situação discriminatória, típica de uma interpretação ideológica e de esquerda da Constituição. O que o Estado deveria fazer era dar cheques-ensino às famílias, para as ajudar a optar entre escolas públicas (a cair aos pedaços, com turmas enormes, impedidas de selecionar os alunos e recrutar os seus professores diretamente e que estão nos últimos lugares dos rankings que se publicam nos jornais) e as escolas privadas (que estão à frente nos rankings, têm turmas reduzidas, selecionam os alunos e não admitem os que não lhes interessam, recrutam diretamente os professores, têm boas instalações e equipamentos e, ainda por cima, têm todas um projeto pedagógico baseado em exigência, trabalho árduo, motivação e excelência).

Em alternativa, ou enquanto tal não for possível, o Estado deve celebrar mais e mais contratos de associação com escolas privadas, cujas turmas financiará (garantindo que o financiamento por aluno, no privado, nunca seja inferior ao do público), e tendo o cuidado de que essas escolas fiquem o mais próximo possível das escolas públicas, mesmo que estas funcionem longe da sua capacidade máxima, para ser garantida a liberdade de ensinar e a escolha do local onde aprender. Se, por causa disso, as escolas públicas tenderem a ficar desertas, é mais uma prova de que os pais também são claramente contra o *eduquês*, e a prova derradeira de que a sociedade portuguesa cada vez precisa menos de escolas públicas. Encerrá-las definitivamente levaria a poupanças (como agora se diz) de vários milhares de milhões de euros de dinheiro dos contribuintes em cada ano.

Evidências

Gostaria de recordar aqueça parte da afirmação de Rockwell Jr., em que ele diz que seríamos uma sociedade mais justa se apenas os clientes da educação pagassem os seus custos. Em Portugal, os defensores da “liberdade de escolha” dos pais sobre a melhor escola (privada, evidentemente) para a educação dos seus filhos, ainda não chegaram tão longe, a ponto de proporem que sigamos à risca a totalidade do pensamento Rockwell Jr., sendo a insistência no cheque-ensino uma evidência disso mesmo. Com efeito, em Portugal, a coberto dessa tal “liberdade” das famílias, o Estado tem vindo a financiar o ensino privado através de contratos de associação. Segundo uma auditoria levada a cabo pelo Tribunal de Contas, só

em 2009/2010, o Estado gastou o montante de € 239.156.823,00 em contratos de associação com 93 estabelecimentos particulares e cooperativos, abrangendo 52.882 alunos, com um custo médio por aluno na ordem dos € 4.522,00. Montantes equivalentes, e para o mesmo efeito, tinham sido gastos nos anos anteriores e nos seguintes.

Como se sabe, a atribuição dos apoios estatais ao ensino privado inclui o financiamento de instituições de tipo empresarial, cujo objetivo é o lucro. Por exemplo, tem sido abundantemente divulgada na imprensa a polémica à volta do apoio estatal a uma holding denominada GPS (gerida pelo ex-deputado socialista António Calvete, que integrou a comissão parlamentar de Educação), que, além de possuir imobiliárias e supermercados, é também proprietária de treze dos 93 colégios com contrato de associação com o Estado, tendo recebido deste, em 2010, 33 milhões de euros a fundo perdido, pelo menos a fazer fé num artigo publicado no Diário de Notícias, edição online, a 1 de fevereiro de 2014.

Segundo a Pordata, estudavam em Portugal, em 2012, 1.788.121 alunos em escolas públicas e 453.635 em escolas privadas, representando este número 20,2 % do total e sendo equivalente a pouco mais do que um quarto (25,4%) do número de alunos a frequentarem escolas públicas. Em 1982, vinte anos antes, o existiam 1.719.004 em escolas públicas e apenas 126.869 no privado. Quer isto dizer que, ao longo de vinte anos, diminuiu apenas ligeiramente (9.117), o número total de alunos frequentando escolas públicas e aumentaram em 325.766 (357,57%) os alunos frequentando escolas privadas. E atualmente, segundo informação do Eurostat, Portugal já ocupa a quarta posição, apenas atrás da Bélgica, da Espanha e do Reino Unido, entre os países europeus com maior percentagem de alunos no ensino privado em relação ao número total de alunos.

Ou seja, enquanto proliferam os arautos da necessidade do direito de escolha e aumenta a agressividade do seu discurso contra o *eduquês* e contra a escola pública, há muito que se está a concretizar, efetivamente, esse direito, ainda que, em grande medida, muito à custa de dinheiro dos contribuintes, e não dos clientes das escolas privadas, como preferiria Rockwell Jr..

Recentemente, Nuno Crato, verdadeiro campeão do discurso e pivot da ação anti-*eduquês*, uma vez ministro, promoveu e fez aprovar o Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro, que define um novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, cujo preâmbulo reafirma com toda a clareza que “*Os contratos de associação, a regular por portaria, integram a rede de oferta pública de ensino,*

fazendo parte das opções oferecidas às famílias no âmbito da sua liberdade de escolha no ensino do seu educando”.

Em artigo publicado no jornal Público, no dia seguinte à publicação do Decreto-Lei n.º 152/2013, o jornalista Samuel Silva sintetiza os seus objetivos da seguinte forma:

“O Estado vai ter maior facilidade em estabelecer contratos de associação para financiar a frequência de escolas privadas pelos estudantes. O novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, que entra hoje em vigor, flexibiliza as regras para este tipo de acordos, que deixam de estar dependentes da oferta pública existente na mesma região, por exemplo”.

Ou seja, está pronto o aparelho propagandístico, ideológico e legislativo que poderá transformar, se convenientemente utilizado, e a médio prazo, uma “gordura” despesista, a educação pública, num negócio altamente rentável para os seus promotores privados, que contarão com o habitual lugarzinho reservado à mesa do Orçamento, a título de incentivo.

Honni soit qui mal y pense

Além da desonestidade intrínseca, da sobrançeria, do atrevimento arrogante e da flagrante ignorância sobre educação como campo de pensamento e de ação, que sempre permeou o essencial do discurso anti-*eduquês*, existem ainda fundadas razões, como se constata, para duvidarmos da inocência das motivações desse discurso. Essas motivações não têm nada a ver com o desejo de separação de águas entre as “verdadeiras” e as “falsas” ciências, nem com nenhum nobre, ainda que preconceituoso e atabalhado, desejo de recuperação de uma escola longínqua, que tenham vivido ou imaginado. Essas motivações vão, certamente, muito para além da discussão sobre quem, como e com que fundamento deve decidir o que será uma boa instituição escolar, encaixando-se perfeitamente no plano mais geral de redução do Estado à sua expressão mais anémica.

E nem mesmo o que apregoam das escolas privadas, e da sua excelência comprovada pelos resultados, nomeadamente nas provas nacionais de acesso ao ensino superior, expressos em rankings sempre muito festejados, pode ser considerado de confiança. No site do Conselho dos Reitores da Universidades

Portuguesas (CRUP), pode encontrar-se um recorte de imprensa (no caso, do jornal Público, de 18 Janeiro 2013) contendo o resultado de um estudo levado a cabo na Universidade do Porto, analisando o percurso académico de 4.280 estudantes admitidos no ano letivo 2008/09, o qual concluiu que, dos 2.226 estudantes que concluíram com êxito pelo menos 75% das disciplinas das licenciaturas, os melhores resultados foram obtidos por estudantes provenientes de escolas públicas. Esse estudo sugere que as escolas privadas se “especializaram” em preparar os seus alunos para os exames nacionais de acesso, mas não os preparam tão bem como as públicas no que se refere ao desempenho que terão na universidade. E os responsáveis pelo estudo consideram-no ainda mais relevante pelo facto de as escolas privadas de maior prestígio, que são as mais bem colocadas nos rankings, fazerem uma seleção social dos seus estudantes.

Em síntese, além de ser terra de ninguém onde cabe todo o oportunismo, o *anti-eduquês* não tem nada a ver com nenhuma querela sobre o que será ou não será ciência. Não coloca nenhuma questão epistemológica que pare, nem que seja um palmo, acima da pura presunção bacoca, que bem se poderia exprimir em termos de “*espelho meu, espelho meu, haverá por aí alguém mais cientista do que eu?*”. E, acima de tudo, não contribui em nada para a melhoria de educação, seja pública, seja privada. Pelo contrário, inquina o relacionamento entre os especialistas e os diletantes, com a agravante de que a educação diz respeito a todos. E tem, para cúmulo, um derradeiro efeito perverso: leva ao cerrar de fileiras dos alegados cultores do *eduquês*, todos tomados por igual, o que torna muito mais difícil a separação do trigo e do joio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fino, C. N. & Sousa, J. M. (2002). O Manifesto para a Educação da República: avaliar o sistema educativo no “tribunal” da praça pública?, in *Avaliação de Organizações Educativas* (Actas do II Simpósio sobre Organização e Gestão Escolar) (pp 93-102). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Rothbard, M. (1999) *Education Free and Compulsory*. Auburn, Alabama: Ludwig von Mises Institute.

Tribunal de Contas (2011). Relatório n.º 31/2012. Proc.º n.º 39/2011 – Apuramento do Custo Médio por Aluno. Lisboa: Edição em PDF. (http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2012/2s/audit-dgtr-rel031-2012-2s.pdf obtido em 4/2/2014).

<http://blasfemias.net/2008/04/07/a-utopia-do-eduques/> (acedido a 4/2/2014).

<http://mises.org/daily/2937/What-If-Public-Schools-Were-Abolished>, (acedido a 4 de fevereiro de 2014).

<http://dererummundi.blogspot.pt/2010/05/manifetso-para-educacao-da-republica.html>, (acedido a 4 de fevereiro de 2014).

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>, (acedida a 7/2/2014).

<http://www.publico.pt/portugal/jornal/contratos-com-escolas-privadas-nao-estarao-dependentes-da-oferta-publica-27353209>. (acedida a 7/2/2014).

<http://www.crup.pt/pt/imprensa-e-comunicacao/recortes-de-imprensa/4404-escolas-publicas-preparam-melhor-os-alunos-para-terem-sucesso-no-superior>. (acedida a 7/2/2014).

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database. (acedida a 7/2/2014).

<http://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Alunos+no+Sistema+de+Ensino-79>, (acedida a 10/2/2014).

http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1772319 (acedido a 10/2/2014).